



# Nuances de uma emancipação: o caso de um grupo de consumidores alicerçados na economia solidária

Tatiane Lopes Duarte<sup>1</sup>  
Lúcia Rejane Gama Madruga<sup>2</sup>  
José Marcos Froehlich<sup>3</sup>

Recebido em: 06-03-2025

Aceito em: 27-05-2025

## Resumo

O presente estudo teve como objetivo compreender como as práticas e princípios da economia solidária contribuem para a emancipação dos indivíduos e grupos participantes da economia solidária. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa com aporte teórico interpretativista de natureza qualitativa, e o campo da pesquisa foi o grupo de consumidores Bem da Terra vinculados à Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (Incubadora TECSOL). As técnicas de coleta de dados foram: entrevistas por meio de história oral temática, observação não participante e, além das entrevistas, utilizaram-se documentos. Os dados foram sistematizados por categorias que emergiram no campo, no qual foi realizada uma análise de conteúdo. No que tange aos resultados, as categorias que emergiram das entrevistas realizadas com os participantes do Grupo de Consumidores foram: Consumo consciente, processo decisório, educação, dimensão política e consciência crítica. A partir das análises, entende-se que o processo, esse caminho para a emancipação, não é linear, nem estanque, dependerá do tempo e do contexto de cada grupo. A economia solidária propicia elementos para uma emancipação, porém, cabe aqui destacar que essa emancipação está longe de ser a emancipação humana (Marx), pois a economia solidária ainda opera dentro do sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Emancipação; Grupo de consumidores.

## Nuances of emancipation: the case of a group of consumers rooted in the solidarity economy

### Abstract

The present study aimed to understand how the practices and principles of solidarity economy contribute to the emancipation of individuals and groups participating in the solidarity economy. To achieve this, qualitative interpretative research was conducted, and the research field was the Bem da Terra consumer group linked to the Technological Incubator of Solidarity Economic Enterprises (Incubadora TECSOL). Data collection techniques included interviews using thematic oral history, non-participant observation, and the use of documents in addition to interviews. Data was organized into categories that emerged in the field, and a content analysis was conducted. Regarding the results, the categories that emerged from the interviews with participants of the Consumer Group were: Conscious consumption, decision-making process, education, political dimension, and critical consciousness. From the analysis, it is understood that the process, this path to emancipation, is not linear or static; it depends on the time and context of each group. Solidarity Economy provides elements for emancipation; however, it is important to note that this emancipation is far from being human emancipation (Marx), as solidarity economy still operates within the capitalist system.

**Keywords:** Solidarity economy; Emancipation; Consumer group.

<sup>1</sup> Doutorado em Administração (UFSM). Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). [tatiduarte.80@gmail.com](mailto:tatiduarte.80@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Agronegócios (UFRGS). Servidora pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [lucia.rejane@hotmail.com](mailto:lucia.rejane@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutorado em Ciências Sociais (CPDA-UFRJ) e Pós-Doutorado em Antropologia Social (Universidad de Sevilla-Espanha). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [jmarcosfroehlich@gmail.com](mailto:jmarcosfroehlich@gmail.com)

## 1 Introdução

A economia solidária consiste em iniciativas de produção, distribuição e consumo reunidas por trabalhadores que cunham iniciativas fundadas por posse coletiva, sendo autogeridos de forma democrática pelo conjunto de seus sócios, sendo seus princípios básicos: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). A economia solidária é um conceito largamente usado em vários continentes, com definições variadas que giram em torno da ideia de solidariedade. Ela se contrapõe ao individualismo utilitarista, que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (Laville; Gaiger, 2009).

Junto com a economia solidária, surgem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que abarcam inúmeras iniciativas, dificultando critérios claros para fins de distinção e classificação. Na conjuntura brasileira, a solução é se amparar em uma definição política comum de EES, com o intuito de demarcá-los das formas subordinadas ou de economias capitalistas e de realçar o sentido alternativo e transformador da economia solidária (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018).

Um dos pontos que emergem do debate brasileiro é a cultura de práticas assistencialistas. É um fator que, para além de questões como a fragilidade econômica, dificulta a sobrevivência de EES na economia de mercado e prejudica o desenvolvimento das ações de economia solidária enquanto organizações autogestionárias, emancipatórias e democráticas. O assistencialismo, em muitos casos, surge para auxiliar esses EES, principalmente quando estão incipientes, mas quando se perpetua, dependendo da forma como isso ocorre ou das metodologias utilizadas com os grupos, pode vir a dificultar a emancipação e fortificar o paternalismo dessas organizações (Cunha, 2003).

Nesse ensejo, a emancipação social se revela nas diversas ações contra as normas arbitrárias e as hierarquias opressoras, promotoras de discriminação e desigualdade. A emancipação sugere associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos e em responsabilidades e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos (Cattani, 2009).

Observa-se que a economia solidária vem se personificando em experiências multiformes, que possuem como ponto em comum a necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade e a preocupação com a disposição acelerada de mercantilização da sociedade, fomentada por uma certa hegemonia do pensamento neoliberal (França, 2003). Nesse contexto de novas alternativas, as universidades brasileiras e da América Latina criaram

iniciativas como: a formação de agentes comunitários de saúde, o Movimento Nacional de Alfabetização, a construção da Rede UNITRABALHO e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Em 1996, surge a primeira ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenada pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia (COOPE) (Cruz, 2004). A COOPE/RJ deu início a um novo projeto de expansão das práticas universitárias de extensão, visando aos setores populares excluídos econômica, social, cultural e espacialmente, com o intuito de disseminar a economia solidária (Bocayuva, 2002). Para Cruz (2004), as incubadoras surgiram numa conjuntura de desigualdade, no âmbito da extensão, para articular ensino, pesquisa e extensão de forma a interagir com a sociedade e suprir as demandas dessas comunidades, já aderidas a uma Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Quais os limites de um processo de emancipação dentro da economia solidária. É possível emancipar alguém ou um grupo dentro do sistema capitalista? Entende-se que a economia solidária é um meio para os empreendimentos/grupos galgarem o processo de emancipação. Além disso, os grupos incubados são EES. A escolha dos grupos foram indicação dos próprios integrantes da incubadora TECSOL que, durante as entrevistas realizadas, indicavam alguns grupos que se destacavam no processo de emancipação. Um dos grupos escolhido foi: o grupo de consumidores da Rede Bem da Terra.

Portanto, o ponto de inquietação para a pesquisa está centrado na história do grupo de consumidores, gerando a seguinte pergunta: Como as práticas e princípios da economia solidária contribuem para a emancipação dos indivíduos e grupos participantes da economia solidária?

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1 Economia solidária**

A evolução da economia social, do ponto de vista acadêmico, distingue-se por alguns períodos marcados pela Revolução Francesa, quando iniciou o movimento associativo ligado ao proletariado e às organizações trabalhadoras como forma de resistência. Nesse contexto, surgiram com o intuito de potencializar empregos e reduzir desigualdades. Assim como, com o fim da Comuna de Paris, as instituições de economia social foram se ampliando, os movimentos

associativos operários, determinados pelas correntes que, na época, se afirmavam contrárias ao *status quo* dominante (marxismo, anarquismo e socialismo revolucionário) também cresceram.

Porém, no período entre 1901 e 1945, em um contexto de movimentos totalitários como o fascismo e o nazismo, o movimento associativo sofre um enfraquecimento, fragmentando-se. E ainda, após a Segunda Guerra Mundial, com a intervenção do Estado no mercado e nos problemas socioeconômicos, o conceito de economia social acabou dispersando-se (Caeiro, 2008). Para França Filho (2002), as noções de economia social e solidária são sucessoras de uma tradição histórica comum, que se pautam no movimento associativista operário em meados do século XIX na Europa, voltado para uma dinâmica de resistência popular, o que fez emergir muitas experiências solidárias, largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação.

Nessa conjuntura surge a organização cooperativa, mutualista e associativa, com estatutos jurídicos específicos, refletindo a integração dessas iniciativas de economia social e economia mercantil. Assim, a economia social se torna institucionalizada com caráter tecnoburocrático, em que seu papel se limita a uma extensão do Estado (França Filho, 2001).

Enquanto questão terminológica a economia solidária organiza-se, no início dos anos 90 na França, proveniente das pesquisas desenvolvidas no *CRIDA* em Paris (*Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando responder ao desenvolvimento do fenômeno de propagação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa. Essas iniciativas são, em grande maioria, formalizadas como associativistas que buscam suprir algumas problemáticas locais (França Filho e Laville, 2004).

Esses mesmos autores salientam que a expressão economia solidária indica duas noções historicamente separadas: a solidariedade e as atividades econômicas, sugerindo a inclusão e aproximação de ambas. Com esse intuito, a economia solidária propõe uma nova relação entre economia e sociedade, apresentando um estatuto diferente das empresas capitalistas, trazendo uma nova possibilidade para o indivíduo viver em sociedade. Isto é, não centralizada no Mercado e Estado, pois articula diversas formas de captação de recursos, denominada como uma economia híbrida “a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não mercantil e não monetária” (França Filho, 2001, p. 55).

As densas diferenças regionais, seja no contexto econômico, cultural ou social, dificultam a empreitada de pensar em uma economia solidária brasileira, ao passo que isso exige uma complexidade na maneira de entender essa realidade (França Filho e Laville, 2004). A primeira

pesquisa realizada no Brasil concluiu que a economia solidária não era reação ao desemprego. Ao contrário, sua manifestação se explicaria por um conjunto de fatores, como as relações de sintonia existentes entre os trabalhadores que tomam parte de tais iniciativas e o valor que atribuem às alternativas de trabalho que não os submetem ao jugo direto das relações assalariadas (Gaiger; Ferrani; Veronese, 2018).

A economia solidária propõe-se a desenvolver experiências de pessoas em comunidade, onde o valor da dignidade do ser humano é colocado diante do dinheiro, a propriedade é social, a organização e a tomada de decisão são democráticas; há um processo de educação e treinamento, procura-se desenvolver uma cultura de negócios, de respeito e prática de interculturalidade, de responsabilização, equidade de gênero, mecanismos de representação transparentes e eficazes, e consciência da inter-relação com todos os seres vivos que habitam a Mãe Terra (Gómez, 2014).

## 2.2 Emancipação

O verbo emancipar é proveniente do termo latino *emancipare*, de *ex* (fora de, não mais) e de *manicipium* (escravo, indivíduo dependente) (Cattani, 2009). No direito, o termo está atrelado a questões como responsabilidade civil, emancipação voluntária, involuntária, ou seja, a antecipação da capacidade plena, a liberdade concedida, alcançada ou conquistada. Por séculos o termo era usado para se referir a situações de indivíduos ou pequenos grupos (Cattani, 2009): “Emancipar constitui livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito” (Cattani, 2009, p. 175).

O mesmo autor evidencia que o conceito de emancipação na filosofia agrega-se à ampliação do apropriado entendimento que permitiria uma liberação abstrata na esfera da política. No entendimento Kantiano, a emancipação permite a utilização livre e pública da razão, baseando-se em princípios morais válidos para o indivíduo e para sua relação com a sociedade (Cattani, 2009).

No entanto, para Marx há diferenças no contexto de emancipação, ou seja, a emancipação política e a emancipação humana, sendo a emancipação humana inserida em um processo maior, que é a transição de um modo de produção para outro (IASI, 2011). Significa dizer que é “uma classe contra o capital que é capaz de anunciar um novo tipo de sociabilidade humana finalmente emancipada” (Iasi, 2011, p. 8).

O alicerce da emancipação humana para Marx é a possibilidade de os seres humanos

tomarem o controle da história de maneira consciente e planejada (Iasi, 2011). Portanto, a possibilidade da emancipação humana de restituir o mundo e as relações humanas aos seres humanos passa pela superação das mediações criadas por esses mesmos seres em sua ação sobre o mundo, ou seja, pela superação da mercadoria, do capital e do Estado (Iasi, 2011). Para que assim a “humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie” (Iasi, 2011, p. 59).

Na tese de Cançado (2011), a emancipação aparece como parte da construção teórica de gestão social, ou seja, uma das categorias teóricas da gestão social como campo do conhecimento científico. O autor afirma que a emancipação é o próprio objetivo e consequência da gestão social, enquanto processo fundamentado na cidadania deliberativa.

Nessa perspectiva, Tenório e Saraiva (2006) apontam a gestão social como caminho para a emancipação, pois estimula um processo decisório dialógico, que é desempenhado por meio do interesse público. Além disso, Costa (2006) aborda como abertura de novos caminhos para desenvolver as relações emancipatórias o processo de aprendizagem que as experiências locais promovem, as quais incitam relações sociais mais iguais.

Cattani (2009) traz à tona a expressão “emancipação social”, a qual está associada a uma gama de princípios e termos, identificados como: autoemancipação proletária, autogoverno, socialismo, sociedade autogerida e sociedade dos produtores livremente associados. O autor conceitua emancipação social como o procedimento “ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais” (Cattani, 2009, p. 175). A pauta emancipação social é cada vez mais abrangente, pois abarca múltiplas experiências e combates, seja em hierarquias opressoras e autoras de discriminação e desigualdades, como em questões de gênero, discriminação contra minorias étnicas e culturais, entre outras.

Além disso, a sustentabilidade ambiental e o novo internacionalismo contra hegemônico, no qual, pelo caráter predatório do capitalismo, a defesa do meio ambiente e da biodiversidade deve estar associada a iniciativas populares verdadeiramente internacionais (Cattani, 2009). Portanto, uma forma contemporânea de controle social, que naturaliza a dominação mediante as relações capitalistas, assim como as relações clássicas de poder (Estado, tirano, líder), em que a figura do mercado é dissolvida, vaga, o que produz a ficção imprecisa da “individualidade soberana” (Cattani, 2009).

### 3 Metodologia

O aporte teórico-metodológico que norteou a pesquisa foi paradigmático interpretativista, de natureza qualitativa (Denzin e Lincoln, 2006). O paradigma interpretativista é fruto da vivência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos, pelo qual a sociedade é entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, portanto, intenta-se compreender as múltiplas realidades compartilhadas que surgem, se sustentam e se modificam (Morgan, 2005).

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: entrevistas por meio da história oral temática e observação não participante. As entrevistas serviram de base principal para a questão da trajetória do grupo, da formação e dos acontecimentos que foram pertinentes para a pesquisa. Como foi utilizada a história oral temática, não houve um roteiro de entrevista, uma vez que o intuito foi proporcionar ao entrevistado que fossem selecionados os acontecimentos considerados relevantes em sua trajetória como participante do grupo. Nesse formato, classificou-se a tipologia das entrevistas como entrevista conversacional livre direcionada pelo tema da pesquisa, a qual se caracteriza “pelo surgimento das perguntas nos contextos e no curso natural à interação, sem que haja uma previsão de perguntas nem de reações a elas” (Godoi e Mattos, 2006, p. 304). As entrevistas foram gravadas com gravador, com a autorização do entrevistado (Quadro 1).

O número de entrevistados foi definido conforme o andamento da pesquisa, constituído pelo princípio da "saturação" ou de "redundância". Como técnica complementar à coleta de dados, utilizou-se de observação não participante (Demo, 2013) em reuniões dos grupos, com apoio no diário de bordo para as devidas anotações pertinentes. Assim como as entrevistas, as reuniões foram gravadas e transcritas para as análises. O estudo também fez uso de dados secundários por meio dos documentos, textos que já foram produzidos para outra finalidade como, por exemplo, atas de reuniões e estatuto (Bauer e Gaskell, 2008).

A análise dos resultados é fruto de interpretação das falas, tanto nas entrevistas como nas observações realizadas nas reuniões. Foram reunidas as falas dos entrevistados e foram definidas as categorias que emergiram (Bardin, 2016; Bauer, 2008; Denzin; Lincoln, 2006). Os dados foram sistematizados por meio de criação de categorias resultantes das falas dos entrevistados.

Quadro 1 - Entrevistados, tempo das entrevistas e profissão

Entrevista	Entrevistado	Tempo de entrevista	Profissão
6	E1C	1'03"	Mestranda do Curso de Economia
7	E2C	1'04"	Professora
8	E3C	1'05"	Professora
9	E4C	1'17"	Professor
10	E5C	1'46"	Técnico Administrativo do IFSUL
11	E6C	47"	Professor
12	E7C	1'02"	Mestranda no Curso de Direito
13	E8C	22"	Mestranda no Curso de Arquitetura
14	E9C	47"	Professora
15	E10C	50"	Professora
16	E11C	25"	Técnico Administrativo UFPEL
17	E12C	40"	Bancário
18	E13C	1'37"	Motorista
19	E14C	56"	Professora
20	E15C	1'08"	Técnico Administrativa IFSUL

Fonte: Elaborado pelos autores

Na sequência foi realizada a leitura do arquivo, e observou-se de forma analítica com base na teoria e na percepção da pesquisadora em categorias que remetessem à questão de emancipação, além de ter cautela em evidenciar categorias que fossem barreiras para o processo de emancipação, ou pontos que, na visão dos entrevistados, atrapalhavam o processo de emancipação do grupo. Na maioria das vezes, essas categorias não estavam isoladas, mas sim, dentro de um contexto. A relevância deste estudo e sua originalidade se encontram no fato de que as entrevistas não foram direcionadas a partir de uma pré-categoria.

## 4 Resultados

### 4.1 Rede Bem da Terra de consumidores

Seu nome jurídico é denominado Associação Educacional para o consumo responsável Rede Bem da Terra, sua finalidade é educar para o consumo responsável/consciente por meio da reunião de pessoas para o fomento de estudos e pesquisas e para a realização de processos educativos teóricos e práticos. Por exemplo, o desenvolvimento de experiências de distribuição e consumo em diferentes âmbitos institucionais e desenvolvimento de novas tecnologias sociais para a economia solidária, para o comércio justo, para a soberania alimentar, agroecologia e para a educação popular.

## 4.2 Categorias emancipatórias do grupo de consumidores

Nesta seção apresenta-se as categorias e seus elementos que emergiram das entrevistas realizadas com os integrantes do grupo de consumidores, as categorias emancipatórias evidenciadas foram: Consumo consciente, processo decisório, educação, dimensão política e consciência crítica.

A categoria consumo consciente foi evidenciada na fala de todos os entrevistados, algumas vezes por meio ou no contexto de elementos como: orgânico, agroecológico, comércio justo. Conforme Cortera e Ortiz (2009, p. 60) “o comércio justo é o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável”. Seguem as falas dos entrevistados nesse contexto:

o que me levou sempre foi essa preocupação com o consumo responsável não só com a autogestão, economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar, mas também com a questão da alimentação orgânica, mais saudável (E10C).

Tu vai buscar num espaço de compra que seja cooperativo, seja solidário, que seja transparente, a feira virtual é um desses espaços. Um produto de qualidade, ambientalmente sustentável e que paga um preço justo ao produtor. É um sistema alternativo de comercialização, que funcionam, que é justo com o produtor, é justo com o consumidor (E1C).

Nota-se, na fala dos entrevistados, que grande parte dos integrantes da associação começam a participar por estarem procurando um alimento orgânico, como apontado pelo entrevistado (E11C): “Eu tinha preocupação com o que a gente consumia, o tipo de alimento, de ser orgânico que não tenha agrotóxico”. Já alguns começaram pela questão do produto orgânico, livre de agrotóxico, na medida em que foram se apropriando dos processos e das discussões sobre economia solidária, conseqüentemente ampliaram os motivos de participação na associação. Segue a fala das entrevistadas (E2C) e (E8C)

No primeiro momento o que me levou a participar do grupo foi a questão da alimentação mais saudável, produtos agroecológicos ou orgânicos. Depois veio as questões relacionadas a economia solidária (E2C).

As falas das entrevistadas apontam um sentido similar ao que Mance (2009) define, no qual uma pessoa que escolhe consumir produtos provenientes da economia solidária, acaba realimentando a produção solidária no objetivo do bem viver de todos que a integram, seja produtores e consumidores. Além disso, propicia a manutenção do equilíbrio dinâmico dos

ecossistemas. Assim como alguns participantes da associação já indicaram mais em um processo político como ressaltado na fala do entrevistado (E11):

Do qual pensar num preço justo para produtores uma ajuda para que eles possam fazer uma transição por modelo agroecológico que não é fácil. A gente tem um dia certo para ir lá se organizar, ou para separar os produtos ou para ir buscar as comprar, então é muito mais fácil ir no mercado, por isso que eu acho que começa com a militância e por isso muitas vezes pessoas que não são militante acabam não conseguindo se adequar

Essa colocação está em consonância com a definição de Mance (2009, p.74) “o ato do consumo não é apenas econômico, mas também ético e político”. Além disso, Mance (2009) evidencia que ato de consumir colabora para a produção de opressão econômica, devido à agressão ambiental, ou seja, a pessoa que consome produtos ou serviços que reproduzem práticas socialmente injustas, ecologicamente prejudiciais, são corresponsáveis por esses efeitos.

Já a categoria processo decisório emergiu como preponderante para o processo de emancipatório do grupo de consumidores:

Tem demandas que são resolvidas no grupo inteiro, a gente vai decidindo, por exemplo, algo que a gente decidiu nos últimos encontros foi a questão do pagamento, a forma de pagamento, se passa o cartão ou faz transferência. Outra questão foi das embalagens, os consumidores estavam preocupados com a questão do plástico, que estavam sendo muito utilizados nas embalagens dos produtos, se conversou juntos com os produtores para ver uma melhor alternativa, usar mais vidros, ou outras matérias reutilizáveis (E10C)

A associação, como consta no estatuto e nos relatos dos entrevistados, possui uma coordenação do Bem da Terra que fica responsável por gerir a maior parte das demandas, das questões organizacionais e burocráticas, como evidenciado na fala da entrevistada E8: “a coordenação fica muito nessa tarefa de organizar, filtrar e fazer esse meio de campo entre produtor e consumidor”. A entrevistada (E2C) aponta que “os encontros são espaços deliberativos, no âmbito da coordenação são mais de fundo de organização, regulamento, como é que as coisas estão funcionando, as decisões maiores são tomadas nos encontros”

Pelo relato dos entrevistados, eles priorizam o diálogo na associação, o que vem ao encontro dos princípios da economia solidária, baseados em uma construção conjunta. A categoria educação emergiu do grupo de consumidores conectada basicamente com a questão da formação que acontece todos os sábados para quem irá participar do grupo de consumidores. Segue a fala dos entrevistados:

Eu acho que o principal ponto, a principal contribuição foi a formação, eu não gosto da palavra de formar consumidores, mas eu acho que numa perspectiva de educação ali,

fazer com que associados, consumidores, entendessem que não era só ir lá pegar o produto saudável e consumir. Acho que a incubação, a incubadora especialmente, que era responsável pela essa formação, acho que ela contribui nesse sentido de entender que o consumo responsável, ele tem outras características, outros instrumentos e até a questão de passar o consumo ali de emancipar os grupos de economia solidária, essa foi a principal contribuição da incubadora (E3C)

As colocações dos entrevistados são reforçadas pela ideia de França Filho e Cunha (2009) em que a formação constitui uma necessidade constante e ocorre em diferentes níveis ao longo do processo de incubação. Esses níveis envolvem: capacitação técnica para a gestão de iniciativas de economia solidária; capacitação profissional referente à área de atuação do empreendimento; e formação em cidadania, associativismo e economia solidária.

No que diz respeito a categoria dimensão política vem ao encontro da fala do entrevistado a seguir:

Toda a discussão do Bem da terra é que o consumo seja um ato político, por isso ele começa nos movimentos sociais, os produtos são bem diferentes daqueles do mercado. Se pensa num preço justo para produtores, uma ajuda para que eles possam fazer uma transição para o modelo agroecológico que não é fácil. A gente tem um dia certo pra ir lá buscar as próprias compras, é muito mais fácil no mercado, por isso que eu acho que começa com a militância e por isso muitas vezes pessoas que não são militantes acabam não conseguindo se adequar a essa cultura (E6C)

Atualmente os consumidores se aproximam mais pela questão do produto orgânico, como evidenciado na fala do entrevistado (E6C): “Hoje em dia eu percebo as pessoas se aproximando pela questão do consumo orgânico, do consumo mais consciente, um produto sem agrotóxicos”. Cabe aqui ressaltar que os entrevistados dos quais essa categoria emergiu durante as falas são os participantes mais antigos da associação, alguns auxiliaram na construção da associação, na proposta, com a ideia de disseminar a economia solidária, auxiliar na comercialização dos produtos derivados de empreendimentos da economia solidária, com um viés de consumo como ato político.

Essas colocações são reforçadas por Mance (2009), quando destaca o consumo como um exercício de poder, pois pode se apoiar na exploração de seres humanos, na destruição progressiva do planeta, na concentração de riqueza ou se rebater esse modo nocivo de produção por meio do consumo solidário. Na categoria referente à consciência crítica, as falas dos entrevistados remeteram a elementos como: não consumir produtos com agrotóxico, a possibilidade de consumir de produtores locais, e não de multinacionais que muitas vezes estão envolvidas com exploração do trabalhador e/ou degradação do meio ambiente, ao contrário do que o sistema capitalista reproduz, por exemplo. Segue a fala dos entrevistados:

A associação de consumidores acompanha o processo, para garantir que realmente seja um grupo de economia solidária, inclusive no início do Bem da terra se começou a comprar produtos daqueles que não havia aqui na região, por exemplo, tem arroz uma série de produtos que não tem na região, e aí fomos buscar fora da região, descobrimos depois que os grupos, as cooperativas, não eram de economia solidária. E aí se cancelou as compra. Não basta se dizer da economia solidária, tem que efetivamente fazer parte integral do movimento (E5C)

A percepção dos entrevistados reforça um processo importante da consciência crítica, no qual o consumidor integrante do Bem da Terra percebe que as relações dentro da associação vão além da compra e venda de produtos orgânicos, agroecológicos: mais do que isso, é entender que essa rede de consumo é uma peça dentro de uma engrenagem anticapitalista, uma associação que em que prevalecem os princípios da economia solidária. Como enfatizado na fala da entrevistada (E1C), “A feira virtual é um espaço de compras, que se propõe ser anticapitalista, que se propõe antihegemônica”.

A análise dos dados coletados apontou para a categoria da consciência coletiva. Essa categoria está inserida em um contexto de compreensão dos problemas coletivos, não somente os inerentes à associação de consumidores, mas também os problemas relacionados a associação de produtores, que, em algumas ocasiões, os consumidores, inclusive, ajudaram a solucioná-los em conjunto.

Além de propiciar o conhecimento do processo de produção, de entender a realidade dos produtores, principalmente os aspectos que envolvem a produção, saber de onde vem o produto que será consumido, realizar a compra direta com o produtor sem atravessadores, são questões que perpassam uma consciência coletiva. Seguem algumas falas dos entrevistados:

O bem da terra não é só um espaço de conscientização, é um espaço de convívio territorial, de trocas territoriais. Então, é desafiador, tem que estar se atualizando, atualizando a organização e mantendo todos em comunicação e a cada movimento que acontece, tanto no âmbito municipal, estadual, federal, todas as questões políticas, econômicas, sociais terão impacto no bem da terra de uma forma ou outra (E1C)

A entrevista (E15C) aponta que a ajuda coletiva é importante tanto para os consumidores quanto para os produtores. Em uma via de mão dupla temos produtos agroecológicos e estamos auxiliando os produtores a não serem explorados pelo mercado capitalista, por exemplo, por meio de atravessadores. Essa inferência está em consonância com o que Mance (2009) assevera acerca do consumo solidário dos produtos e serviços de redes colaborativas, que possibilitam que seus empreendimentos vendam toda ou quase toda a sua produção. Isso possibilita o aumento da diversidade dos produtos, gerando novos empreendimentos, permitindo aumento e serviços provenientes da economia solidária.

Os entrevistados apontaram que a partir da associação de consumidores, surgiu outro projeto denominado Rizoma. Conforme o entrevistado (E5C), “O Rizoma é um projeto que visa espalhar esse centro de consumo responsável, pelas cidades do interior da região, como em São Lorenzo, em Piratini, em Rio Grande e Jaguarão”.

É uma rede que se une para comprar. Quando é identificada a falta de algum produto que não seja produzido pelos produtores da Rede Bem da Terra, é providenciada a compra em outras regiões, de fornecedores vinculados à economia solidária. Também ocorre o contrário; produtos do bem da terra são vendidos para outros grupos. Segundo os entrevistados, o critério é que seja produto agroecológico, de preferência de Pelotas e região, porém, quando não se encontra o produto na região, compra-se de fora. A entrevistada (E3C) aponta que: “alguns produtos como, por exemplo, farinha e chocolate, vêm de outros estados de grupos de economia solidária”. Nesses casos, os grupos de consumo solidário da região fazem compra conjunta com a finalidade de reduzir o custo do frete.

Percebe-se que as relações de consumo vão além, e outros projetos surgem da necessidade de fortalecer o consumo consciente, com produtos agroecológicos provenientes da economia solidária. Assim como o processo de acreditação, que já foi mencionado nas falas dos entrevistados da TECSOL, todos os projetos, processados demandados e solucionados entre incubadoras, consumidores e produtores.

Essas questões levantadas e as falas dos entrevistados remetem ao que apontam França Filho e Cunha (2009), sobre as redes locais de economia solidária raramente tenderem a ficarem restritas a um âmbito geográfico específico, por motivos de sustentabilidade da própria rede, que se conectam com outras mediante a necessidade e expansão de suas atividades.

## **6 Considerações finais**

No que diz respeito às categorias do grupo de consumidores foram: consumo consciente/responsável, processo decisório, educação, dimensão política, consciência crítica e consciência coletiva. Percebeu-se que a questão do consumo consciente permeia o processo de emancipação do grupo de consumidores, pois as vezes alguns integrantes se associam por estar procurando um produto, orgânico, agroecológico.

Nesse contexto, à medida que esses integrantes se apropriam dos processos, das discussões sobre alguns temas, acabam entendendo que existe algo maior por trás, que eles estão auxiliando os pequenos e médios produtores locais, participando de um movimento que

preza pelo coletivo entre outras questões, conseqüentemente o processo de emancipação vai se consolidando.

A própria criação do grupo foi proveniente de uma consciência coletiva, no qual percebeu-se os benefícios de produzir, comercializar coletivamente. No entanto, percebeu-se que não são todos os integrantes que se encontram no mesmo processo de emancipação, porém todos estão no caminho, e como colocado por vários autores a emancipação não é algo linear, portanto, difícil de ser metrificada e não será igual para todos, pois cada um tem seu tempo, porém o grupo como todo está avançado nesse processo.

Portanto, percebeu-se que a economia solidária é essencial para processo de emancipação de grupos incubados, pois a economia solidária é um meio, uma alternativa, que abre caminho para possibilidades de resistência, para operacionalizar novos tipos de relações, de economia. Porém, ela ainda opera dentro do sistema capitalista, ou seja, pode existir nuances de emancipação, uma emancipação econômica, social. Entretanto dentro do sistema capitalista, é impossível chegar à emancipação humana.

## Referências

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-36.

BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COOPE/UFRJ. In: ILKA, C; SPINK, P. **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 190-217.

CAEIRO, J. **Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia**. *Katálysis*, vol.11, nº1, pp. 61-72, 2008.

CANÇADO, A. C. *Fundamentos teóricos da gestão social*. 2011. 246 p. Tese (Doutorado em administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CATTANI, A. D. Emancipação social. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

CORTERA, A; ORTIZ, H. Comércio justo. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

COSTA, M. R. **Experiências emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste**. 2006. 195p. Tese (Doutorado em serviço social). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2006.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. In: **Cayapa – Revista Venezuelana de Economia Social**. Ano 4, n.8. Mérida: CIRIEC. Venezuela, 2004.

CUNHA, C. G. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, R. A; CUNHA, C. G; DAKUZAKU, Y. R. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinariedade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2013.

MANCE, E. A. Consumo solidário. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas (RAE) - Clássicos**, Vol.45, nº1, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. **A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais**. Revista de Administração Pública. Vol 37, N1; pp. 11-31, 2003.

\_\_\_\_\_. **Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano III, N5; pp. 52-60, 2001

\_\_\_\_\_, LAVILLE, J.L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L.I; FERRARINI, A. VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, V. 6, N1, PP. 137-169. Rio de Janeiro, 2018.

LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I. Economia solidária. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

GODOI, C. K; MATTOS, P. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Gomez, M. B. M. Economías solidarias y educación intercultural. In: Marañón Pimentel, B (Org). **Buen vivir y descolonialidad: crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales**. Primera edición. – México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.